

**“Sou um cidadão ligado aos interesses do Estado”:
intelectualidade luso-brasileira e suas relações com o Estado português
(1777-1808)**

Marieta Pinheiro de Carvalho
Doutoranda em História Política PPGH/ UERJ

Resumo: Este artigo objetiva discutir as relações entre os intelectuais luso-brasileiros e o Estado português durante o último quartel do século XVIII e início do XIX, atentando mais precisamente, para duas ordens de questões: pretende-se ressaltar, de um lado, de que maneira a monarquia lusitana se preocupou com a formação de uma intelligentsia que serviria para pensar opções de adiantamento do próprio reino, e por outro, perceber o compromisso desses intelectuais com esse propósito, sobretudo na conjuntura de crise européia que antecedeu a transmigração da Corte portuguesa para a América.

Palavras-Chave: intelectuais; reformismo ilustrado; transmigração da corte.

Abstract: This article intends to discuss the relation between the luso-brazilian intellectual and the portuguese government during the second part of XVIII and the early of XIX century. It intends to study the portuguese monarchy concern to intelligentsia that helps to think about the kingdom's development and to discern this intellectuals pledge with that point among the european crisis that preceded the portuguese courts arrival in America.

Key-words: intellectuals; reformism illustrated; transmigration of de Court.

O último quartel do século XVIII e o início do XIX apresentam-se para a história luso-brasileira como um período de suma importância. Os acontecimentos intrínsecos ao Reino, bem como aqueles relacionados à conjuntura européia acentuaram a participação da intelectualidade lusitana junto ao Estado. Este artigo tenciona uma reflexão sobre as relações entre os intelectuais luso-brasileiros e o Estado português durante esse momento, tendo em foco que são nas circunstâncias de crise que se aumentam a importância desse grupo. Tal período, caracterizado por ser um momento de crise do Antigo Regime e do Antigo Sistema Colonial¹ sublevo a participação da *intelligentsia* portuguesa na busca de alternativas para o desenvolvimento do Reino.

Para alcançar o objetivo proposto, partiu-se inicialmente de uma breve análise do perfil intelectual moderno, que surge em meados do setecentos enquanto um sujeito autônomo, que fala para um público ampliado, do qual ele se reconhece como um porta-voz.² Conforme afirmou Karl Mannheim, tal sábio “não é de modo algum uma classe, não pode formar um partido, é incapaz de realizar ações articuladas”. É uma camada intersticial que se situa entre as classes; sua ação política depende de interesses comuns, entretanto, isso não significa que reajam de modo tão coeso.³ Tal discussão serve como

contraponto para melhor definir as especificidades da *intelligentsia* portuguesa que apesar de estar integrada as questões do seu próprio tempo não se adequa a esse perfil de intelectual. Em Portugal, nesse momento, havia uma estreita relação entre a intelectualidade e o Estado. Pretende-se atentar para as imbricações desse grupo com a monarquia e a relevância desta enquanto formadora de uma elite intelectual que pensaria opções para o seu próprio adiantamento.

2. Ser intelectual nas *Luzes*

O século XVIII se abriu com uma nova concepção de sociedade pautada em valores, cuja forma de pensamento tinha na razão o seu elemento central. *Ilustração* é a palavra mais precisa, denominadora do movimento ocorrido na Europa durante o setecentos.⁴ Variando conforme as culturas nacionais, assumiu significados e práticas específicas em cada país que deram a esse fenômeno uma ambigüidade e complexidade, dificultando a compreensão da sua amplitude. Muitas vezes utilizada como sinônimo de *Iluminismo* foi, conforme apontou Sérgio Paulo Rouanet, um processo específico dentro do mesmo, sendo esse entendido enquanto uma “tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder, a partir da razão”⁵.

Os *ilustrados* principais divulgadores dessa nova sociedade podem ser vistos como um grupo que compartilhava os mesmos ideais, valores e sociabilidades, independente dos estamentos a que pertenciam ou dos países em que habitavam. Cosmopolitas, eles tornavam o movimento unívoco frente às diferenças atingidas nos âmbitos dos diferentes países.⁶ O verdadeiro passe de entrada para esse grupo era ser alfabetizado. A *Ilustração* não foi um fenômeno das massas.⁷

A consciência desses homens das mudanças ocorridas na Europa e da necessidade que tinham de tomar sua dianteira para compreendê-la era o que fornecia a originalidade. D’Alembert em *Elementos de filosofia* assim se expressava sobre as vivências de sua época: “é muito difícil passar despercebida a extraordinária mudança que, sob múltiplos aspectos, ocorreu em nossas idéias [...]. Assim desde o princípio das ciências profundas até os fundamentos da Revelação, desde a metafísica até as questões de gosto, desde a música à moral, desde a lei natural até as leis arbitrárias das nações, numa palavra, desde as questões que mais profundamente nos tocam até as que só superficialmente nos interessam, tudo foi discutido analisado e, no mínimo agitado. *Uma nova luz sobre alguns objetos, uma nova obscuridade sobre vários, foi fruto dessa efervescência geral dos espíritos: tal como o efeito do*

*fluxo e do refluxo do oceano é carregar para as praias alguns materiais e delas afastar outros.”*⁸

Essas transformações que perpassavam os mais variados âmbitos do social causavam uma *efervescência dos espíritos* e davam ao período um clima de inquietude. Paul Hazard⁹ demonstra como era possível perceber na literatura diversas obras que, por meio de sátiras e alusões, apresentavam censuras à sociedade, aos costumes e à religião, expondo os defeitos e os vícios da Europa. Viajantes imaginários, paródias de obras que exaltavam os valores da civilização ocidental, bem como a criação de um clube de caricaturistas, como ocorreu na Inglaterra, “*cuja razão de ser consistia em vingar o bom senso através da zombaria*”,¹⁰ eram exemplos da *inquietação*. Tal momento de *crítica universal*¹¹ estabelecia um questionamento da sociedade europeia tendo por base um novo elemento: a *razão*. Esta se relacionava com os mais diversos aspectos e intentava produzir mudanças nas suas diferentes esferas. O pensamento racional inaugurou na Europa uma nova fase, era a sua base unificadora e ao mesmo tempo o seu “centro de expansão, a expressão de todos os seus desejos, de todos os seus esforços, de seu querer e de suas realizações”.¹²

Não se pode afirmar, entretanto, que a razão rompera com o passado que lhe precedeu. O século XVIII associou-se ao conhecimento anterior a sua época e, foi, por meio dele, instituída uma maneira específica de apreender o mundo. A própria ênfase na razão e o sentido específico do vocábulo durante o período – correspondendo não mais a um *fim em si*: a verdade eterna, mas transformando-se em um *meio*: o caminho pelo qual se alcança a verdade – vinculava-se aos desenvolvimentos produzidos pelo método empírico e analítico de Newton. A experiência e análise dos fatos, os quais anteriormente eram limitados ao campo da física e da matemática, foram expandidos para a compreensão do pensamento, em geral.

Certos pontos essenciais da sociedade deveriam ser submetidos ao método crítico, e a partir daí reestruturados, tendo como eixo norteador o pensamento racional. Desse questionamento, os filósofos conceberam uma nova cidade: a *cidade dos homens*, como intitulou Paul Hazard¹³; ela se fundamentava em outros valores que não mais o costume, a tradição e a autoridade. Baseando-se somente nas leis da *natureza* – pois, essa como a razão estava relacionada à verdade¹⁴ – instituída um novo direito, uma nova religião e uma nova moral. As ciências também passaram por mudanças; às valorizadas foram aquelas que privilegiavam o método científico. A produção de um saber mais racionalizado proporcionou o surgimento de novas disciplinas.

Uma obra desenvolvida à época foi a principal difusora das idéias dessa *cidade dos homens*. A *Encyclopédie*, organizada por Diderot e D’Alembert, permitiu o estabelecimento de um debate entre os ilustrados de vários países, pois apresentava através dos seus verbetes os fundamentos do conhecimento ilustrado. Estruturada a partir de três faculdades básicas do homem, a *memória*, a *história* e a *imaginação* contribuiu para mudanças nos modos de explicar e pensar o mundo, desvinculando de um caráter divino para um sentido social.¹⁵

Nessa sociedade ilustrada os intelectuais passaram a ter uma posição de destaque. Como atentou Gusdorf, “a sociedade esclarecida o reconhece como tal e o reserva um lugar de honra”. O exercício do pensamento, visto como uma forma de poder, colocou o intelectual na mesma posição social que a aristocracia financeira.¹⁶ Os próprios príncipes atribuíam uma importância a esse grupo, que com seus méritos traziam honra ao país e contribuía para seu prestígio e conhecimento ao redor do mundo. Apesar de ter sido a França a principal exportadora, o mais importante núcleo agregador da *intelligentsia* européia foi a Prússia de Frederico II, em cuja corte freqüentavam personalidades como Voltaire e D’Alembert. De igual maneira, Catarina da Rússia se orgulhava da amizade de Diderot e de outros *gens de lettre* franceses que divulgavam a causa russa pela Europa.¹⁷

Os intelectuais, dessa maneira, eram percebidos pelos príncipes enquanto importantes formadores de opinião, sendo remunerados com pensões e gratificações diversas. Diferentemente do que acontecia na relação entre Estado e intelectuais no Renascimento, nas Luzes, além da *intelligentsia* ser mais numerosa, possuía uma utilidade social, assumindo obrigações visíveis e invisíveis. Conforme salientou Gusdorf: “eles fazem vezes de pedagogos, educadores escolares, mas também educadores públicos, diretores da consciência geral, agentes oficiais do poder, e se necessário, agentes secretos”.¹⁸

Apesar de sua ligação aos príncipes, o intelectual ilustrado era autônomo em relação a ele. O surgimento de novos centros como as tertúlias e os cafés permitiram o ajuntamento de pessoas, cuja “base do amálgama já não é mais o estilo de vida e as amizades comuns, mas opiniões semelhantes”.¹⁹ Tais locais contribuíram para a formação de uma opinião política e de uma esfera pública de debate, sendo a França o lugar no qual a *intelligentsia* conseguiu uma atuação mais profunda no sentido de discussão nesse âmbito.²⁰

É fundamental ressaltar as especificidades da opinião pública a partir do setecentos, momento em que ela passou a existir de forma permanente, correspondendo a “uma racionalização da mentalidade coletiva”. Trata-se de uma tomada de consciência na qual se administrou uma parte importante da população. “Ela se manifesta não somente sobre os espaços do murmúrio, da paródia falada, mas por intermédio das gazetas, regulares ou irregulares, dos panfletos, dos livros”. Perpassa os meios literários, artísticos, científicos e mundanos sem se confundir com eles. O intelectual ilustrado quer ser o porta-voz da opinião; e é nesse sentido que se destaca a sua especificidade em relação a períodos anteriores da história.²¹

O intelectual luso-brasileiro

Diferentemente do que já ocorria nesse período na França e Inglaterra, em Portugal, assim como em outros países periféricos, inexistia uma esfera pública ampliada de discussão, uma vez que a própria imprensa era controlada pelo Estado, e as relações entre este e os intelectuais eram muito presentes. Nesse sentido, o campo de debate da *intelligentsia* era o ambiente da Corte e os espaços de sociabilidade a ele pertencentes.

As características da ilustração luso-brasileira se aproximam da verificada na Prússia e nos Estados italianos, onde a interferência das idéias ilustradas sucedeu de modo menos intenso, tanto em função de uma burguesia política e economicamente fraca, quanto por uma forte tradição católica que se tornava um obstáculo maior para a secularização da sociedade. Nesses países houve uma conciliação entre práticas absolutistas e algumas idéias iluministas, denominada pelos historiadores como *Absolutismo ilustrado*.²²

Extraindo seus conceitos do *Iluminismo* e não da *Ilustração política* – esta última entendida como uma concepção de Estado típica da Ilustração – o absolutismo ilustrado visava à secularização e modernização dos países em que teve lugar, sem, entretanto objetivar uma alteração da sua estrutura, com intuito laicizante.²³ Isso significava que no plano político deveria haver uma redefinição da natureza do Estado, se tornando esse a entidade máxima a que todos deveriam se submeter, inclusive o príncipe, seu primeiro servidor, que a partir de então possuiria o *dever* de realizar uma boa administração. No plano econômico, desenvolver-se-ia o uso de práticas antigas sob uma nova leitura, numa associação entre mercantilismo e ilustração. No referente ao

plano social, uma ampliação das esferas de ação do Estado era defendida, de modo a sua intervenção ser efetuada em todas as áreas, intencionando a centralização e racionalização administrativa.²⁴

A interferência do poder estatal perpassaria igualmente por uma política cultural. Nos países periféricos pelo fato da autoridade soberana se fazer mais absoluta, um dirigismo cultural pelo Estado existiu com maior força, do que na França, por exemplo. O valor da cultura para a filosofia ilustrada enquanto um instrumento de poder foi sinalizada por filósofos como Montesquieu que afirmou: “não se pode dizer que as letras sejam somente o entretenimento de uma pequena parte dos cidadãos; é preciso enxergá-las com um outro sentido. Ressalta-se que sua prosperidade está em si intimamente vinculada àquela dos impérios que ela é infalivelmente o signo ou a causa”. E acrescenta: “si nós quisermos lançar os olhos sobre a Europa, nós veremos que os Estados onde as letras são mais cultivadas, tem também, proporcionalmente, mais poder”.²⁵ Frederico II soube se beneficiar das associações com os intelectuais no sentido de encaminhar a cultura em seu reino. Patrocinou a Academia de Berlin e em 1780 promoveu um concurso, cujo tema era a analisar as relações entre as letras e o governo, com intuito de refletir sobre as influências recíprocas entre ambas.²⁶

Em Portugal, a importância da interferência do Estado no campo cultural, de modo a romper com a intervenção jesuítica e com a tradição escolástica presente no Reino, foi percebida por intelectuais cujos textos fundamentaram teoricamente o discurso pombalino. Luis Antonio Verney em cartas publicadas sob o título *o Verdadeiro Método de Estudar* atentava por volta da década de 40 do século XVIII para a indispensabilidade de alterações no sistema de ensino luso e nas instituições culturais.²⁷ Antonio Ribeiro Sanches em vários escritos atacou a influência eclesiástica. Nas *Cartas sobre a educação da mocidade* de 1760 afirmava ser relevante “que a Educação da mocidade portuguesa seja proporcionada, em seu objeto, às leis e aos costumes do Estado”.²⁸ É necessário, entretanto, ressaltar o tom elitista de tais escritos: os autores estavam preocupados em ponderar para mudanças na prática de ensino, mas que visassem à formação de uma elite intelectual, secular, que pudesse compor a administração do Império e auxiliar o príncipe na fomento das Luzes.²⁹

Uma das primeiras ações da prática pombalina foi retirar dos jesuítas o monopólio sobre a educação. Tal medida inseria-se numa política maior, cujo caráter centralizador, visava o reforço da autoridade real, reduzindo no Reino a influência de setores adversos ao controle monárquico, como os jesuítas e a aristocracia.³⁰ Toda uma

legislação foi desenvolvida para possibilitar reformas no sistema educacional em seus vários níveis. Em 1761 restabeleceu-se o Real Colégio dos Nobres com o intuito de preparar a aristocracia para o exercício do poder.

Os novos estatutos da Universidade de Coimbra datam de 1772. Como principais mudanças ocorridas no ensino realçam-se a diminuição da influência escolástica e do direito Romano na faculdade de Leis e Cânones, por meio do destaque dado à Razão e ao jusnaturalismo; a instituição de dois novos cursos, o de Matemática e o de Filosofia, além da reestruturação da faculdade de Medicina. A valorização da prática se fez presente por meio da criação de estabelecimentos anexos à Universidade, como Jardim Botânico, o Museu Natural, o Laboratório Astronômico, dentre outros. A Universidade de Coimbra transformou-se no principal centro formador de uma nova *intelligentsia* luso-brasileira.³¹

Aliado à Universidade existiam no Império alguns lugares de produção de saber. Vale evidenciar, nesse sentido, as academias científicas surgidas na colônia e no Reino – sendo a mais importante a Academia Real de Ciências de Lisboa³² – e a Oficina Literária do Arco do Cego. Tais espaços também podem ser vistos como notáveis centros de sociabilidade para os intelectuais recém-formados. Mariano José Pereira da Fonseca, bacharel em filosofia pela Universidade de Coimbra, por exemplo, chegando da Corte ao Rio de Janeiro em 1794 e percebendo que “não havia nela um corpo literário nem outros divertimentos em que se pudessem entreter um homem de letras” solicitou a Manoel Inácio da Silva Alvarenga o restabelecimento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, cujas reuniões passaram a ocorrer a partir desse mesmo ano, sob a autorização do vice-rei conde de Resende.³³

Um regulamento redigido por José Bonifácio de Andrada e Silva em 1797 para a formação de uma *Sociedade dos Fisiófilos lisbonenses*³⁴ fornece alguns elementos para uma meditação sobre a *intelligentsia* luso-brasileira, assim como serve como eixo norteador para melhor compreensão sobre o que eram as academias científicas e sua relação com a Coroa portuguesa. Assim como as demais, a *Sociedade de Fisiófilos Lisbonenes* tinha como fim a “investigação, e conhecimento da Natureza, cujas aplicações, e comunicação pública possam servir ao adiantamento das Ciências físicas, à utilidade do Estado, e bem da Humanidade em geral.”³⁵

Atrelar-se a outras Academias existentes à época era uma necessidade e demonstra o quanto havia um diálogo dos intelectuais portugueses com *ilustrados* europeus. A Academia Científica do Rio de Janeiro, criada em 1771 sob a proteção do

marquês do Lavradio, se correspondeu com a Academia de Ciências da Suécia. Antonio Ribeiro Sanches sócio-correspondente anunciou a Lineu a fundação dessa instituição, obtendo para ela o diploma de fraternidade da Sociedade de Upsal na Suécia.³⁶ Joseph Banks, presidente da Royal Society de Londres, era sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa. Ilustrados luso-brasileiros também se filiavam como sócios de academias no estrangeiro como Manoel de Arruda Câmara, integrante da Academia de Ciências de Montpellier e da Sociedade de Agricultura de Paris³⁷; e José Bonifácio de Andrada e Silva, membro da Real Academia de Ciências em Stocolmo, Suécia, da Sociedade de História Natural de Paris e da Sociedade Filomática de Paris.³⁸

Em relação à Sociedade proposta por José Bonifácio, a vinculação ao exterior torna-se perceptível quando ele ressalta que além de memórias, deveria ser publicado um folheto econômico à maneira do *Cultivateur de Paris*, e da *Sociedade Econômica de Dublin*, na Irlanda, o qual seria distribuído gratuitamente “aos lavradores, e oficiais reformados pobres das províncias”.³⁹ Duas ordens de questões se sublevam a partir da sua citação: a primeira, é referente ao tom pragmático – característico da Ilustração portuguesa e que marca toda a produção dos escritos das academias científicas – que envolve a sua referência ao estrangeiro. O olhar para outros países é dirigido, sempre procurando pensar no que eles podem oferecer para o desenvolvimento lusitano⁴⁰, nesse caso, a experiência bem-sucedida dos panfletos. A segunda ressalta aquilo que Fernando Novais atentou como “integração entre o *saber* e o *fazer*”. “Aos intelectuais – ‘os filósofos’ cumpria investigar a realidade, com as luzes da Razão; aos agentes do poder (os ministros de estado escudados no poder soberano) implantar as reformas: assim se dominaria a natureza e regeneraria a sociedade, voltando a Idade do Ouro.”⁴¹

Uma política semelhante a essa proposta pelo ilustrado foi desenvolvida por d. Rodrigo de Souza Coutinho, quando secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. Os onze volumes de *O Fazendeiro do Brasil* – uma espécie de enciclopédia que publicava desde traduções de tratados sobre gêneros coloniais, como cana-de-açúcar, tabaco, até novas técnicas agrícolas, redigidos pelo frei José Mariano da Conceição Veloso, foram doados aos lavradores da América portuguesa, de forma a melhor aproveitarem uso da natureza colonial e incentivar o cultivo de novos produtos.⁴²

O objetivo principal que perpassou toda a ação dos ilustrados luso-brasileiros, bem como os fins específicos das academias científicas era servir de orientação à Coroa, propondo soluções para o desenvolvimento do Reino. Nesse sentido, a *Sociedade de*

Fisiófilos Lisbonenses deveria cuidar “igualmente em promover nas províncias do Reino e do Ultramar o estabelecimento de Sociedades econômicas, afiliadas, e correspondentes, compostas de cavalheiros, párocos, lavradores ricos, homens doutos, oficiais reformados, etc. [...] A Sociedade se corresponderá com elas, e cuidará de ajudá-las com suas Luzes, e exemplo; obrigando-se a responder pronta, e amigavelmente aos seus quesitos.” Nesta parte José Bonifácio enfatiza: “só desta reunião de intenções e forças é que se pode esperar em Portugal fomentos a atividade lânguida, e obstáculos removidos às Luzes, e à civilização.”⁴³

Um outro espaço de sociabilidade para os ilustrados luso-brasileiros foi a Casa Literária Arco do Cego. Fundada em 1799, sob a proteção de d. Rodrigo de Souza Coutinho tinha por objetivo “divulgar conhecimentos de ciências naturais e de agricultura”⁴⁴. Frei José Mariano da Conceição Veloso ficou encarregado da sua diretoria. Na sua oficina imprimiram-se várias obras, traduções de estudos, escritos com informações sobre as capitânicas do Brasil, realizados por estudantes da Universidade de Coimbra, além de tratados sobre questões relativas ao comércio e a economia. Destacam-se, dentre outras, a publicação de obras traduzidas do francês como *Descrição do branqueamento dos tecidos, e fiados de linho, e algodão*, do conde de Berthollet (1801) e *Cartas sobre Elementos de Botânica* de Jean Jacques Rousseau (1801); além de trabalhos de autores portugueses como *Phitographia lusitaniae selectior* de Félix Avelar Brotero (1800); *Princípios do Direito Mercantil e Leis da Marinha para uso da mocidade portuguesa destinada ao Comércio*, de José da Silva Lisboa (1801); *Memória sobre a Ipecacuanha fusca do Brasil, ou cipó das nossas boticas* de Bernardinho Antonio Gomes (1801).⁴⁵ Tais livros “tinham por fim difundir conhecimentos úteis, e melhorar a situação econômica e industrial do continente do reino, ilhas e possessões ultramarinas”. Teve uma curta duração enquanto entidade independente; o decreto de sete de dezembro de 1801 instituiu a Junta Administrativa Econômica e Literária da Impressão Régia, suprimindo a Casa Literária, cujas oficinas e pertences foram incorporados à Impressão Régia. Dois dos seus membros, frei José Mariano e Hipólito da Costa, transformaram-se em diretores literários dessa nova instituição.⁴⁶

Digna de nota foi a importância dessa Casa Literária para os alunos da Universidade de Coimbra como “centro de ocupação providencial” de aumento dos seus meios financeiros. Ela também pode ser vista como um primeiro contato desses ilustrados na prática administrativa. José Feliciano Fernandes Pinheiro que participou da

Oficina do Arco do Cego informava sobre as vantagens para os estudantes desempregados que encontravam ali “aposento no edifício, compreendendo as despesas de mesa, e sobretudo, o conhecimento de nossas habilidades pelo governo. Tínhamos por obrigação fazer a tradução das obras que nos designassem.” Dentre outros estudantes, participaram dessa instituição Martim Francisco e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada; Manuel Jacinto Nogueira da Gama, José Gregório de Navarro e Antonio Vieira de Carvalho.⁴⁷ Conforme apontou Diogo Ramada Curto, “a exemplo do que já se passara com a Academia das Ciências, a Casa Literária do Arco do Cego era uma forma de arregimentar intelectuais que, de outro modo, poderiam ter comportamentos sediciosos.”⁴⁸

A preparação dos ilustrados para o exercício da prática administrativa e para sua formação enquanto intelectual perpassava por viagens realizadas pelo continente europeu. Em *Cartas para educação da mocidade* (1760) o estrangeirado Antônio Ribeiro Sanches, dentre as reformas propostas para o ensino da mocidade lusitana, atentava para a criação de um secretário de Estado que cuidaria da educação do Reino, entretanto, temia que tal cargo caísse “nas mãos de quem nunca saiu de Portugal, de quem não viu mais que o de Coimbra, no Colégio São Pedro, e de São Paulo.”⁴⁹ Tais viagens abriam os horizontes do intelectual, proporcionando um rompimento com o isolamento cultural, característico do Reino português, marcado pela forte tradição escolástica. O contato com a cultura ilustrada europeia permitia a *intelligentsia* lusa, ainda que com preocupações características do ser português, se inserir num mesmo espírito de época.

Durante o período mariano tais jornadas começaram a acontecer com mais frequência. D. Rodrigo de Souza Coutinho, comentando sobre o seu percurso pela França, Itália e Suíça, afirmou que elas permitiram-no fazer “observações sobre os governos, o que sem dúvida é mais interessante do que estar na condição de se ver observar”. Desse modo pôde integrar círculos intelectuais, onde figuravam d'Alembert, Laplace, Mallet du Pan, ou abade Raynal.⁵⁰

Em 1790, Luis Pinto de Souza, ministro dos Negócios Estrangeiros e do Reino nomeou três sócios novatos da Academia de Ciências de Lisboa para uma expedição pela Europa, de modo a conhecerem “aquilo a que Portugal faltava para se pôr a par das novidades internacionais da ciência montanística e, sobretudo, desenvolver o trabalho de suas minas e fábricas.”⁵¹ Eram Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira As instruções

escritas pelo ministro em 31 de maio daquele ano informam sobre todo o circuito que os jovens intelectuais deveriam percorrer. A primeira cidade a ser visitada seria Paris, na qual fariam dois cursos preparatórios sendo “um curso completo de química, com Mr. Fourquoy, e outro de Mineralogia Docimástica com Mr. Le Sage” com vigência de um ano. Dali partiriam para Freyberg no Artz, uma das mais célebres escolas de Minas da época, para efetuarem um curso completo durante dois anos. Após esse período iriam à Hungria para visitar as Minas de Saxônia e Boêmia, além de outras existentes. Na Rússia, inspecionariam as minas de Catarineburgo; passando depois pela Suécia, e Noruega “e dali se dirigirão à Inglaterra, para examinarem as minas de Escócia, e do País de Gales, e terminando por Cornivalhes se recolherão a Lisboa por via do paquete Falmouth.”⁵²

Em um discurso recitado na Academia de Ciências de Lisboa José Bonifácio comentava sobre tal jornada: “em junho de 1790 foi preciso separar-me da vossa presença, e perder a instrução e estímulos que recebia em vossas assembléias. Mandado pela senhora d. Maria I, de imortal memória, a viajar a Europa, e aprofundar-me nas ciências naturais, principalmente nos ramos da química, mineralogia, e montanística. Consolei-me com a esperança de ajuntar novos cabedais de instrução, com que um dia pudesse melhor satisfazer aos vossos fins; desvaneço-me de que entre as nações e sábios da Europa não desonrei jamais o nome de Acadêmico, e de português”. No discurso defende a importância das viagens: “porventura podem os usos caseiros e a lição dos livros excitar com a mesma força nossos sentidos, ou engravidar-nos a mente, como faz a intuição de mil objetos novos?” Ele mesmo responde: “não por certo, senhores. A alma do viajante observador dilata-se, e extasia-se a cada passo que dá pelo universo. Outras leis, outros costumes, outros céus, outras línguas, outra indústria e produções excitam de contínuo sua atenção, e fecundam-lhe o espírito com mil idéias novas e atrevidas”.⁵³

Inseridas numa política de Estado essas viagens podem ser vistas como propiciadoras da formação de uma cultura política de desenvolvimento da Coroa portuguesa. A atuação do ministro d. Rodrigo de Souza Coutinho, secretário dos Domínios e Ultramar (1796-1801) como arregimentador dessa política é digna de destaque. Ele reuniu ao seu redor todo um grupo de bacharéis e cientistas para auxiliá-lo “na renovação da agricultura e na introdução de novas técnicas rurais”.⁵⁴ Foi ele quem incumbiu em 1798, Hipólito José da Costa de uma expedição pelos EUA e México, de maneira a analisar a cultura do linho-cânhamo, do tabaco, do algodão, índigo e da

cochonilha nesses lugares. As observações do jovem viajante descritas num diário demonstram o empenho em remeter sementes para cultivo desses produtos no Brasil.⁵⁵ A aplicação, bem como a introdução dos novos gêneros, ficaria por conta dos governadores das capitanias, orientados por d. Rodrigo de Souza Coutinho. Data de junho de 1799 um ofício desse ministro encaminhado a d. Fernando José de Portugal, governador da Bahia, no qual remetia sementes de tabaco da Virgínia e Maryland para que fossem distribuídas entre os melhores lavradores da província e cultivadas conforme instruções que as acompanhavam.⁵⁶ Em dezembro desse ano despachava para o mesmo governador uma caixa com seis plantas *Morus Papyrifera*, vindas da Inglaterra para semeio no Brasil.⁵⁷

Muitos desses ilustrados no seu retorno ao Reino assumiam postos administrativos. Hipólito da Costa logo que chegou foi convidado pelo ministro para exercer o cargo de diretor da Impressão Régia.⁵⁸ Quando Manuel Ferreira Câmara retornou a Portugal em 1798 foi o mesmo quem o elegeu intendente-geral das Minas e do Serro Frio, incumbido-o “de organizar as bases da nova lei que deveria reger todos os serviços atinentes a mineração no Brasil.”⁵⁹ De igual maneira, José Bonifácio transformou-se em intendente-geral das Minas e Metais do Reino, foi professor da cadeira de mineralogia da Universidade de Coimbra e posteriormente, membro do Tribunal das Minas.⁶⁰

D. Rodrigo de Souza Coutinho cooptou igualmente intelectuais para ajudá-lo no levantamento de informações sobre a América portuguesa.⁶¹ Nesse sentido patrocinou expedições pelas capitanias. O engenheiro José Joaquim Vitório da Costa foi incumbido de mapear a foz do Rio Amazonas, em 1799⁶²; José de Sá Bittencourt e Accioli encarregado de realizar uma diligência do salitre na Bahia, em 1797⁶³; uma pensão foi dada a Inácio Ferreira Câmara, em 1799, para estudar Botânica e dirigir o Jardim Botânico da Bahia, que seria então criado.⁶⁴

Com o auxílio dessa *geração de 1790* – da qual também pertenciam alguns membros que participaram de sedições coloniais, como Mariano José Pereira da Fonseca, suposto envolvido na conjuração do Rio de Janeiro, ou parentes deles, como o Manuel Ferreira da Câmara, cujo irmão tomou parte da tentativa de rebelião em 1789 – d. Rodrigo propôs um projeto em 1797 para reformar em caráter geo-estratégico o Estado monárquico português, dentro de uma política que visava uma relação de reciprocidade e interdependência entre metrópole e sua principal colônia, o Brasil.⁶⁵

A adesão dos intelectuais a política de modernização produzida pela Coroa é digna de nota. O interesse desses ilustrados em propor soluções perpassava não apenas questões ligadas à agricultura, mas também quaisquer temas que dissessem respeito ao desenvolvimento do Reino, enquanto Estado soberano e respeitado diante das nações européias, sejam de natureza econômica, política e social. Apesar de opiniões divergentes em relação a certos temas mais polêmicos, tal compromisso perpassava suas produções. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, criticado por defender a permanência da escravidão afirmava “aos que me acusam de me ocupar de um estudo mais próprio de um agricultor, e de um comerciante, do que de um bispo, é necessário lembrar-lhe que, antes de ser um bispo, já era como ainda sou um cidadão ligado aos interesses do Estado”.⁶⁶

Mapeadas de forma geral as associações entre a *intelligentsia* luso-brasileira e a Coroa portuguesa, resta agora perceber como se comportaram tais intelectuais diante da conjuntura de crise européia, ocorrida no final do século XVIII e início do XIX, buscando novas alternativas para as relações diplomáticas lusitana com as principais potências do momento: França e Inglaterra.

O fio condutor para o entendimento da política externa em Portugal é a neutralidade. Mantida sempre até o último instante não era específica desse período, sendo uma característica intrínseca da diplomacia do Reino. A forte dicotomia, no referente à influência marcante que teve tanto o atlantismo como o europeísmo para sua história, encontrava-se presente na tomada de decisão das suas relações exteriores; Portugal fazia parte da Europa, entretanto, estava totalmente voltado para o mar – uma vez que sua economia era essencialmente atlântica, pois se relacionava às de suas colônias. Dentro desta lógica, a neutralidade era percebida como um esforço de conciliar uma boa relação com as potências continentais e, ao mesmo tempo, como necessária para uma aproximação da Inglaterra, diante do perigo que representava tê-la como inimiga nas questões ultramarinas.⁶⁷

Em seus estudos, Valentim Alexandre assegura que a coligação à Inglaterra variou no tempo, conforme conjunturas políticas, mas foi marcada por três variáveis: havia um interesse inglês de auxílio, pois dele resultavam privilégios econômicos; existia uma conveniência lusa de apoio a esse país que possibilitava a defesa do sistema colonial e do Reino diante de invasões externas; e havia, ainda, uma relação de forças, a nível europeu, que compelia Portugal a se manter associado aos ingleses. Tais variáveis

determinavam a união, forçando a Coroa a privilegiar em situações extremas o apoio inglês, adotando a imparcialidade de forma a evitar o envolvimento com outras potências européias e para favorecer a própria Inglaterra que tirava benefícios da equanimidade lusitana. Por conseguinte, essa política beneficiava o Reino, dando-lhe autonomia de decisão nas suas questões políticas e econômicas.⁶⁸

Essa neutralidade permitiu que Portugal se mantivesse alheio aos conflitos intracontinentais nos três anos posteriores ao início da Revolução Francesa. Tal foi a postura utilizada nas contendas da França contra a Áustria e a Prússia. Entretanto, a entrada da Espanha e da Inglaterra no conflito levou o Reino a interrupção dessa política.

No respeitante às relações com a Espanha, nesse momento, elas se realizavam dentro de um contexto de aliança franco-espanhola. A aproximação entre ambos os países provinha das ligações dinásticas que os interligavam. Para Portugal, isso representava uma ameaça constante, diante dos objetivos espanhóis de invasão, visando sua reconquista. Numa política expansionista francesa tais perigos aumentavam, pois a Espanha poderia contar com o apoio da França para concretizar seus ideais.

A princípio, no entanto, Portugal não teve maiores problemas, visto que Espanha e Inglaterra encontravam-se do mesmo lado contra a França. Mas em 1795, um Tratado de Paz franco-espanhol modificou o quadro das relações intraterritoriais, e, por conseguinte, complicou a política externa dos Braganças. A partir de então Portugal passou a viver um impasse, demonstrador da sua *vulnerabilidade*⁶⁹: de um lado, a opção de uma aliança franco-espanhola poderia dar início a hostilidades dos ingleses nas possessões ultramarinas e no comércio português, além de deixá-lo isolado perante uma manifestação expansionista da Espanha; por outro lado, a coligação à Inglaterra ocasionava em Portugal uma dependência maior diante das pressões políticas e econômicas feitas por esse país, além de aumentar os riscos de um conflito aberto com França e Espanha.

A política externa lusitana até a transferência da corte em 1807 foi realizada dentro dessa dificuldade. Dela surgiram clivagens, mais tarde denominadas pela historiografia como “partido inglês” e “partido francês”. Em “ambos, o objetivo visado é o estatuto da neutralidade nas guerras européias, como forma de salvaguardar o Império e a metrópole”, as diferenças constituíam no fato de que enquanto para o “partido inglês” “este estatuto devia conseguir-se respeitando quanto possível os compromissos impostos pela aliança inglesa e evitando na condução da política externa

portuguesa qualquer conflito sério com o governo de Londres”, para o “partido francês” “a preservação da harmonia com a França primava sobre todas as considerações de outra ordem, passando a constituir a pedra angular da diplomacia nacional”.⁷⁰

Todo esse impasse permitiu a produção de um conjunto de escritos, sejam memórias, cartas particulares, ofícios, pelos quais é possível perceber uma esfera de discussão, que circunda o ambiente da Corte e seus espaços de sociabilidade. O engajamento do intelectual, que conhece os principais problemas, critica políticas realizadas e apresenta meios para solução, merece destaque. Muitas vezes as opiniões eram apresentadas sem consulta alguma prévia, mas eram defendidas em nome do bom serviço à Coroa. O 3º marquês de Alorna, por exemplo, justificava uma carta encaminhada ao príncipe em 1801 afirmando “ainda que pareça atrevimento dar conselho quando V.A.R. o não pede, há tais ocasiões em que é preciso falar a todo risco”.⁷¹ Nas próximas páginas três tópicos principais nortearão a análise do debate político intelectual lusitano durante o período das guerras peninsulares. Estes são: o peso da aliança à França; as vantagens da união à Inglaterra; e a polêmica em referente à transmigração da corte portuguesa para América.

Em 1797, José Bonifácio escrevia sobre a impropriedade dos tratados entre Inglaterra e Portugal, demonstrando o quanto eles eram prejudiciais economicamente.⁷² Nesse mesmo ano, em carta ao príncipe regente Francisco José Maria Brito expunha seu parecer sobre os artigos do tratado de Paris, assinado em 10 de agosto, entre Portugal e França, demonstrando como eles convinham como permanência da neutralidade. Efetua críticas a Inglaterra que contestou a assinatura do acordo, por não ter sido feito conforme suas estipulações. É interessante como ele defende a indispensabilidade de Portugal se desvencilhar do poderio inglês e tentar buscar por si própria os caminhos para condução de sua política externa: “é ofensiva da independência de Portugal, tal pretensão. 1o. por ser um direito inalienável de cada soberano escolher o partido que lhe convém nas guerras da Europa. 2o. por dever romper mesmo as mais antigas Alianças, se a esta extremidade o obrigam os interesses do Estado. 3o. pelo direito de moderar, e regular os ofícios de Direitos das Gentes pelo modo que lhe for mais útil estabelecendo uma neutralidade.”⁷³ Utilizando-se de dados estatísticos, em ofício posterior expõe o quanto era importante economicamente para a França uma neutralidade com Portugal. Para ele, a argumentação da Inglaterra sobre o tratado de Paris era totalmente infundada e feria a independência lusitana.⁷⁴

Visão semelhante era proposta por Domingos Vandelli, italiano radicado no Reino desde o período pombalino. A seu ver Portugal “estando reduzido por falta de sistema a ser uma potência secundária, que necessita de poderoso aliado que a proteja, e este melhor não podendo ser, que a República Francesa”. Via como importante acabar com “o jugo inglês”, aconselhando para isso a concessão de vantagens econômicas semelhantes às usufruídas pelos ingleses.⁷⁵

Em relação a um interesse francês sobre o Reino, Albert Silbert ressalta que os objetivos da política externa desse país provinham da sua vontade de suplantar a Inglaterra, assumindo seus privilégios. Como salientou “Portugal é para a França uma preciosa fonte daqueles produtos coloniais que tanta falta lhe fazem”.⁷⁶ Tal conveniência se explica pela ampla prosperidade econômica que passava o Reino no final do setecentos, proporcionada por um lado, pelas possibilidades oriundas da predileção da imparcialidade, e por outro, pelo desenvolvimento interno, derivado das riquezas coloniais.⁷⁷ D. Rodrigo de Souza Coutinho, em memória escrita em 1803 fornece indícios que justificam tal afirmativa: “pois que no meio da desolação em que toda a Europa se acha, Portugal e seus Domínios não só cresceram em prosperidade e riqueza, mas apesar de grandes sacrifícios que foi obrigado a fazer sempre foi de todas as nações aquela talvez que menos perdeu e que ficou até aqui menos gravada entre todas as outras, à exceção da Grã-Bretanha cujas forças e situação lhe deram particulares vantagens”⁷⁸

A opção pela aliança à Inglaterra provinha, basicamente, do temor de um ataque às colônias. D. João de Almeida de Melo e Castro, em reunião do Conselho de Estado, em 1807, nas suas ponderações sobre um rompimento com esse Reino, ressaltava que tal aliança preservaria Portugal “das cruéis e destrutivas represálias que os ingleses não poderiam deixar de praticar contra os nossos cabedais e colônias”⁷⁹. Em carta enviada ao príncipe regente em dois de novembro desse ano, frei Matias de São Bruno afirmava que as possessões portuguesas na América eram um “grande recurso que V.A.R. sempre teve e sempre conservou ter”, o qual só podia ser mantido com o auxílio da Inglaterra. Em um rompimento com esse país, “que recurso terá então V.A.R. em tais circunstâncias?”⁸⁰ Anos antes d. Rodrigo de Souza Coutinho, apresentando sua opinião sobre a necessidade de defesa contra quaisquer ataques franceses, pesava sobre os riscos de dilaceração dos domínios entre França e Inglaterra, caso uma política de defesa contra hostilidades francesas não fosse assumida.⁸¹ Nessa memória d. Rodrigo destacava a relevância da América portuguesa como a “mais essencial parte da

monarquia”. Tais possessões eram vistas como um recurso para Portugal estabelecer uma política de preparação para uma guerra contra a França. Em hipótese de invasão, existiria “a certeza de ir em qualquer caso V.A.R. criar no Brasil um grande império, e segurar para o futuro a reintegração completa da monarquia em todas as suas partes”.⁸²

A idéia de se transplantar para os domínios americanos e de fundar um “poderoso império” era sempre cogitada em momentos de grande instabilidade política. Pelos menos uma vez em cada século, desde a descoberta do continente, tal hipótese foi imaginada. Assim, em 1580 à época da União Ibérica, quando o Prior do Crato foi encorajado a viajar para a América e nela constituir um Império; no seiscentos, durante a Guerra da Restauração, o padre Antonio Vieira também sugeriu a d. João IV a retirada para as colônias da América; a instabilidade continental européia que demarcou todo o setecentos, fez com que tal hipótese fosse aventada pelo menos duas vezes antes do período de análise. Durante o reinado de d. João V pelo seu ministro d. Luís da Cunha, e no reinado josefino, diante do risco de invasão da França e da Espanha.⁸³ É curioso como tal idéia também perpassava o imaginário da população. O capitão Vicente Vieira Mota, durante interrogatório por conta da devassa de 1789 em Minas Gerais, citava “ouvindo-lhe dizer algumas vezes; que se no tempo da Aclamação do Senhor Rei d. João quarto, viesse este Príncipe para o Brasil, que a esta hora se acharia a América constituindo um formidável Império; e que ainda seria felicíssimo este continente, se viesse para ele algum dos príncipes portugueses; mas que a suceder assim sempre corria risco de o quererem cá aclamar; e que o melhor de tudo seria mudar a Rainha a sua Corte para a América.”⁸⁴

Note-se, entretanto, que a transferência da Corte aparece como último recurso, ela está sempre associada a necessidade de defesa da soberania real. Assim foi na memória de d. Rodrigo de Souza Coutinho de 1803. De igual maneira, Domingos Vandelli, em mais uma iminência de invasão expressava “a vista do exposto é muito provável o prognóstico que entre poucos dias Portugal será atacado pela Espanha e brevemente pela França, que haverá geral levantamento do povo, e com isso acabará o Reino. Ficando o último refúgio a família Real, e a aos seus verdadeiros amigos embarcar-se para o Rio de Janeiro, sendo pronta e segura esquadra neste porto, como já no ano de 1762 prudentemente tinha precavido, com muito menor perigo, o Inv. Rei D. José.”⁸⁵ O 3º marquês de Alorna também a propôs ao príncipe: “V.A.R. tem um grande Império no Brasil, e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem, talvez que tremam e mude de projeto, se V.A.R. o ameaçar de que se dispõe a ir ser Imperador

naquele vasto território aonde pode facilmente conquistar as colônias espanholas e aterrar em pouco tempo todas as potências da Europa”.⁸⁶

Entretanto tal idéia não era muito bem aceita no ambiente cortesão.⁸⁷ Dignas de nota são as críticas feitas pelo vice-reitor da Universidade de Coimbra que partilhava de semelhante opinião. Em carta a d. Francisco de Lemos, reitor da Universidade, José Monteiro da Rocha afirmava: “O pior de todos os conselhos é o da retirada para o Brasil. É o mesmo que lançar-se ao mar na tormenta com o medo de naufragar daí a pouco. Se tal sucede (o que Deus não permita) perde S.A. o reino, e não vai fundar um império no Brasil, como lhe dirão os lisonjeiros. Há de ser recebido com frialdade com que se recebe um fugitivo, e todas as conseqüências posteriores são bem fáceis de alcançar. Convém, pois, que S.A. mostre uma positiva indignação contra semelhante medida, que se mantenha no seu posto com valor, que tome as mais próprias para sair desta crise como menos mal poder ser, e que tome daqui exemplo para formar um plano de governo que de longe nos tenha preparados e dispostos para não sermos, nem podermos ser, reduzidos a tais circunstâncias como as presentes.”⁸⁸ Em outra carta o vice-reitor expunha várias críticas a política executada pelo ministério joanino. Ressalte-se que na carta acima citada, a Universidade aparece em seu texto como um espaço de produção de saber que poderia retirar o reino da crise que se encontrava.

Apesar das divergências de opiniões sobre como o príncipe regente deveria proceder diante do contexto peninsular, os intelectuais não cogitaram em apoiar a decisão de transmigração para o Brasil, diante da entrada de tropas franco-espanholas em território lusitano, e com isso a eminente ameaça da soberania real.⁸⁹

Isso demonstra mais uma vez o atrelamento dos intelectuais ao Estado português, e como eles estavam engajados no sentido de equacionar a melhor solução para o desenvolvimento do Império Lusitano.

¹ Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1985.

² Georges Gusdorf. *Le principes de la pensée au siècle des lumières*. Paris: Payot, 1971, p.489.

³ Karl Mannheim. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, EDUSP, 1974, pp.80-81.

⁴ Francisco José Calazans Falcon. *O iluminismo*. São Paulo: Ática, 1994, pp.9-19.

⁵ “Neste sentido, o Iluminismo é uma tendência trans-epocal, que cruza transversalmente a história e que se atualizou na Ilustração, mas não começou com ela, nem se extinguiu no século XVIII.” In.: Sérgio Paulo Rouanet. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.28.

⁶ Como disse Voltaire: “Os problemas eram colocados diante dessa grande sociedade dos espíritos, espalhadas por toda parte e independente em todas as partes”. In.: Francisco José Calazans Falcon. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982. p.105.

⁷ *Idem*, p.97.

⁸ Ernst Cassirer. *A filosofia do Iluminismo*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997. 3^a ed, pp. 19-20. (os grifos são meus).

⁹ Paul Hazard. *O pensamento europeu no século XVIII (de Montesquieu a Lessing)*. Lisboa: Presença, 1983, pp. 13-21.

¹⁰ *Idem.*, p.13.

¹¹ *Ibidem*, pp. 13-21.

¹² Ernst Cassirer. *Op. Cit.*, p.22.

¹³ Paul Hazard. *Op. Cit.*

¹⁴ “O termo não diz respeito ao ser das coisas, mas à origem e fundamento das verdades. Pertencem à ‘natureza’, sem prejuízo de seu conteúdo, todas as verdades suscetíveis de um fundamento puramente imanente, as que não exigem nenhuma revelação transcendente, as que são certas e evidente *per se*.” Ernst Cassirer, *Op. Cit.*, p.325.

¹⁵ Paul Hazard. *Op. Cit.*, pp.193-205.

¹⁶ Georges Gusdorf. *Op Cit.*, p.479.

¹⁷ *Idem*, p.480.

¹⁸ *Ibidem*, p.485.

¹⁹ Karl Mannheim. *Op.Cit.*, p.111.

²⁰ Georges Gusdorf. *Op Cit.*, p.480.

²¹ *Idem*.

²² Francisco José de Calazans Falcon. *Despotismo Esclarecido*. São Paulo: Ática, 1986.

²³ *Idem*. “Da Ilustração a Revolução – percursos ao longo do espaço – Tempo setecentista”. In: ANRJ: *Revista Acervo*. Vol.4, nº1(Jan-Jun), 1989, p.55.

²⁴ *Ibidem*. *Despotismo esclarecido, Op. Cit.*, pp. 17-36.

²⁵ Georges Gusdorf. *Op. Cit*, p. 485.

²⁶ *Idem.*, p.486.

²⁷ Francisco José de Calazans Falcon. *A Época Pombalina* 2^a. ed. São Paulo: Ática, 1993, p.336.

²⁸ *Idem.*, p.352.

²⁹ *Ibidem*, pp.365-366.

³⁰ *Ibidem*, pp.374-375.

³¹ Ana Rosa Cloquet da Silva. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas lusobrasileiros na crise do Antigo Regime Português. (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006, p.74.

³² Sobre o papel da Academia de Ciências de Lisboa como principal centro de assimilação da ilustração portuguesa ver: Fernando Novais. *Op.Cit*, pp.225-227; e Oswaldo Munteal Filho. “O Rei e o naturalista.” In: *Anais do Seminário Internacional: d. João VI: um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2000, pp.140-160.

³³ Autos da Devassa da Inconfidência do Rio de Janeiro. In.: *Anais da BN*, vol. 61, 1939., p.414.

³⁴ Plano de Estatuto para a Sociedade dos Fisiófilos Lisbonenses. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (doravante IHGB) Lata 191, pasta 11. No acervo dessa instituição tem um estatuto de 1800 para Sociedade de Fisiófilos Conimbrenses. O documento é semelhante ao anterior, mudam palavras mínimas. Lata 195, pasta 11.

³⁵ *Idem*.

³⁶ Augusto da Silva Carvalho. *As academias científicas do Brasil no século XVIII*. Lisboa: Separata das Memórias da Academia de Ciências de Lisboa, 1939.

-
- ³⁷ Maria de Lourdes Viana Lyra. *A utopia do poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p.86.
- ³⁸ Ver documentos no IHGB. DL 675.69; DL 675.62; lata 175, docs.1 e 2.
- ³⁹ IHGB. Lata 191, pasta 11, *Op.Cit.*
- ⁴⁰ Maria Odila da Silva Dias. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.278. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1968/1969, p.139.
- ⁴¹ Fernando A. Novais. “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. In.: *Revista Brasileira de História*. N° 7. São Paulo: 1984, p.107.
- ⁴² Maria Odila da Silva Dias. *Op. Cit.*, p.120.
- ⁴³ IHGB. Lata 191, pasta 11.
- ⁴⁴ Maria Odila da Silva Dias. *Op. Cit.*, p.120.
- ⁴⁵ Fernanda Maria Guedes Campos *et alli*. *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – bicentenário: “sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999.
- ⁴⁶ José Silvestre Ribeiro. *História dos estabelecimentos científicos, litterarios e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia*. Vol. 2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1872.
- ⁴⁷ Maria de Lourdes Viana Lyra. *Op. Cit.*, pp.83-85.
- ⁴⁸ Diogo Ramada Curto. “D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego”. In.: Fernanda Maria Guedes Campos *et alli*. *Op. Cit.*, p.49.
- ⁴⁹ Francisco José de Calazans Falcon. *A Época Pombalina...Op.Cit.*, p.349.
- ⁵⁰ Diogo Ramada Curto. *Op. Cit*, p.24.
- ⁵¹ Marcos Carneiro de Mendonça., *O Intendente Câmara*. SP: Cia da Editora Nacional, 1958, pp.21-21.
- ⁵² *Idem*, pp.26-27.
- ⁵³ José Silvestre Ribeiro. *Op. Cit.*, p.127.
- ⁵⁴ Maria Odila da Silva Dias. *Op. Cit.*, p.117.
- ⁵⁵ Hipólito da Costa Pereira., *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1955.
- ⁵⁶ Fundação Biblioteca Nacional (doravante FBN). Divisão de Manuscritos. I- 47,16,1 n.9.
- ⁵⁷ *Idem*. I- 47,16,1,n;11.
- ⁵⁸ Maria de Lourdes Viana Lyra. *Op. Cit.*, p.96.
- ⁵⁹ Marcos Carneiro de Mendonça. *Op. Cit.*, pp.29-30.
- ⁶⁰ Maria de Lourdes Viana Lyra. *Op. Cit.*, p.96.
- ⁶¹ Kenneth Maxwell. “A geração de 1790 e a idéia de Império Luso-Brasileiro”. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1999, p.184.
- ⁶² FBN. Divisão de Manuscritos. 07,4,019.
- ⁶³ *Idem*. I-31,31,013.
- ⁶⁴ *Ibidem*. II – 33,29,71.
- ⁶⁵ Kenneth Maxwell. “A geração de 1790 e a idéia de Império Luso-Brasileiro”. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1999,pp.157-207.
- ⁶⁶ *Idem*, p.176.
- ⁶⁷ Maria do Rosário Themudo Barata. “Portugal e a Europa na época moderna”. In.: Tengarinha, José (org). *História de Portugal*. 2ª ed. Bauru: EDUSC/São Paulo: UNESP/ Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, pp.183-204; Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1985, pp.17-56.
- ⁶⁸ Valentim Alexandre. *Os Sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, pp.94-95.
- ⁶⁹ Para análise desse conceito, ver: Valentim Alexandre.*Op. Cit.*, p.91.
- ⁷⁰ *Ibidem*, p.138.
- ⁷¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. (doravante ANRJ). Negócios de Portugal, cx.712, pac.02.

⁷² IHGB.Lata 175, doc.70. Silva, José Bonifácio de Andrada e Silva. Notas sobre a inconveniência dos tratados entre Inglaterra e Portugal. s/l; s/d. [1797]

⁷³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. (doravante ANRJ). Negócios de Portugal, cx.712, pac.01, ofício de 18/9/1797.

⁷⁴ *Idem*, s/d.

⁷⁵ *Idem*, Diversos Códices SDH. Cód. 807, Vol. 25, Doc. 74.

⁷⁶ Albert Silbert. “Portugal perante a política francesa (1799-1814)”. In.: *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977, 2ª ed., p.57.

⁷⁷ José Jobson de Andrade Arruda. “Decadência ou crise do Império Luso Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. In *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais(7 a 12/7/1997)*.Cascais: Câmara municipal de Cascais, vol.3, pp.213-228.

⁷⁸ Ângelo Pereira. *D. João VI: príncipe e rei*. Vol. A retirada da família real para o Brasil (1807). Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953, p.130.

⁷⁹ Enéas Martins Filho. *O conselho de estado português e a transmigração da família real em 1807*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968., pp.23-29.

⁸⁰ *Idem*, pp.51-53.

⁸¹ Ângelo Pereira. *Op. Cit.*, p.132.

⁸² *Idem*, p.131.

⁸³ Maria de Lourdes Viana Lyra. *Op. Cit.*, p.107-108.

⁸⁴ Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1936, vol.1, p.111; Ver também: Kenneth Maxwell.*Op.Cit*, p.188.

⁸⁵ ARN. Diversos Códices – SDH. Cód. 807, 25, 67.

⁸⁶ ANRJ, *Op. Cit.*

⁸⁷ “Dizem que é mal visto todo o homem que aconselha isto a V.A.R., mas como assento que é a melhor coisa que lhe posso dizer, digo-lha.”*Idem*.

⁸⁸ Teófilo Braga. *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portuguesa*. Volume 3: de 1700 a 1800. Lisboa: Tipografia Academia Real das Ciências, 1898, p.762.

⁸⁹ Sobre essa interpretação, ver: Ana Rosa Clochet Silva. *Op. Cit.*, pp. 199-200.

Fontes

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Negócios de Portugal, cx.712, pac.1 e 2; Diversos Códices SDH. Cód. 807, Vol. 25, docs. 67e 74.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Lata 191, pasta 11; DL 675.69; DL 675.62; lata 175, docs.1 e 2; Lata 175, doc.70;

Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

I- 47,16,1 n.9; I- 47,16,1,n;11; 07,4,019; I-31,31,013; II – 33,29,71.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

-
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Decadência ou crise do Império Luso Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. In *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais(7 a 12/7/1997)*. Cascais: Câmara municipal de Cascais, vol.3, pp.213-228.
- Autos da Devassa da Inconfidência do Rio de Janeiro. In.: *Anais da BN*, vol. 61, 1939.. p.414.
- Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1936.
- BARATA, Maria do Rosário Themudo. “Portugal e a Europa na época moderna”. In.: Tengarrinha, José (org). *História de Portugal*. 2ª ed. Bauru: EDUSC/São Paulo: UNESP/ Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, pp.183-204.
- BASTOS, Elide Rugai e REGO, Walquíria D. Leão. *Intelectuais e política*. A moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d’Água, 1999.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes *et alli*. *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – bicentenário: “sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999.
- CARVALHO, Augusto da Silva. *As academias científicas do Brasil no século XVIII*. Lisboa: Separata das Memórias da Academia de Ciências de Lisboa, 1939.
- CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997. 3ª ed.
- DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.278. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1968/1969.
- FALCON , Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. “Da Ilustração a Revolução – percursos ao longo do espaço – Tempo setecentista”. In: ANRJ: *Revista Acervo*. Vol.4, nº1(Jan-Jun), 1989.
- _____. *Despotismo Esclarecido*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *O iluminismo*. São Paulo: Ática, 1994.
- GUSDORF, Georges. *Le principes de la pensée au siècle des lumières*. Paris: Payot, 1971.
- HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII (de Montesquieu a Lessing)*. Lisboa: Presença, 1983.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana *A utopia do poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, EDUSP, 1974.
- MARTINS FILHO, Enéas. *O conselho de estado português e a transmigração da família real em 1807*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968.

-
- MAXWELL, Kenneth “A geração de 1790 e a idéia de Império Luso-Brasileiro”. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de,. *O Intendente Câmara*. SP: Cia da Editora Nacional, 1958.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “O Rei e o naturalista.” In: *Anais do Seminário Internacional: d. João VI: um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2000, pp.140-160.
- NOVAIS, Fernando A. “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. In.: *Revista Brasileira de História*. Nº 7. São Paulo: 1984.
- _____. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1985, pp.225-227.
- PEREIRA, Ângelo. *D. João VI: príncipe e rei*. Vol. A retirada da família real para o Brasil (1807). Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953.
- PEREIRA, Hipólito da Costa,. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1955.
- RIBEIRO, José Silvestre. *História dos estabelecimentos científicos, litterarios e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia*. Vol. 2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1872.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SILBERT, Albert. “Portugal perante a política francesa (1799-1814)”. In.: *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977, 2ª ed.
- SILVA, Ana Rosa Cloctet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português. (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.